

# A ideologia em Marx

Sandino Hoff(\*)

Em tempos onde o pensamento marxista parece expor-se à crítica dos antimarxistas ou a ajustes da história, aparecendo como expressão que se exauriu no século XX, reafirma-se aqui a inesgotabilidade desse pensamento. Cifrado que foi no bojo da sociedade burguesa para expressar a anatomia e a lógica dessa sociedade, há de conter, ainda, explicações da essencialidade dessa sociedade. O capitalismo monopolista não negou essa essencialidade, seguindo, portanto, o pensamento de Marx com as suas categorias de explicação do real, na ordem do dia.

Aqui se toma a ideologia como um fenômeno estudado por Marx sempre quando do seu confronto com construções teóricas de explicação do real, afirmando-se, assim, tanto a fecundidade do debate em curso sobre o tema quanto a inesgotabilidade do pensamento marxista como explicação da sociedade capitalista.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels “ajustam contas” com o pensamento anterior, especificamente com os ideólogos que explicam a história dos homens através de princípios metafísicos válidos para todas as épocas. É o que se pretende analisar no primeiro item deste artigo.

No segundo item objetiva-se explicitar a teoria da ideologia contida nos escritos filosóficos que têm continuidade nos escritos econômicos e políticos de Marx. Ou melhor, entendendo-se haver uma unidade essencial no pensamento marxista, desde o pensamento dito filosófico até as suas análises econômicas, toma-se aqui o tema ideologia para se trabalhar essa unidade. Sua caracterização pode ser antecipada no que segue: *A Ideologia Alemã* registra que as idéias provêm da realidade;

que os ideólogos deixam de lado essa realidade e que essa realidade é burguesa e exploradora. Em *O Capital*, Marx, continuando a entender que as idéias provêm da base material e que esta, na sociedade burguesa, é exploradora, busca a causa da exploração, o “essencial a investigar”, no seu dizer. Ali aparecem as “razões de ser” da burguesia como funcionais à concorrência e como forças que a legitimam. É neste sentido que tais forças ocultam a determinação do valor: “O que a concorrência não mostra é a força determinante do valor que rege o movimento da produção...” (Marx, 1980, III, p. 235).

Finalmente, no terceiro item propõe-se apreender a teoria da ideologia também em *O Capital*, tal como Marx a concebe para a fase concorrencial do capitalismo, defendendo ser legítimo ampliar essa concepção para as formas econômicas do capitalismo monopolista.

## Ideologia: Travessuras do Espírito Universal

A teoria da ideologia que se abre nos escritos filosóficos apresenta um sentido já sobejamente apreendido por todos os leitores: a autonomia das idéias, a ocultação da objetividade do real nas representações do real. A íntima relação base/superestrutura aparece rompida naquele tipo de representação ideológica, sendo a divisão do trabalho, em última instância, o caminho

(\*)Professor-doutor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, PR.

que vai produzir esse tipo de pensamento. Ora, na divisão do trabalho, a consciência pode figurar ser algo diverso da práxis existente, “representar algo sem representar algo real”, esclarece *A Ideologia Alemã*. Ao emancipar-se do mundo real, a consciência gera a pretensão de entregar-se à criação da teoria. (Marx/Engels, 1982, p. 45).

A ilusão ocorre quando a consciência perde o nexos com o ser. A dissolução desse nexos faz com que a consciência crie seu próprio objeto — o mundo da essencialidade espiritual, a mitologia, o mundo religioso, a filosofia e a ordem jurídica. Marx e Engels concluem: ideológicas são as teorias que pretendem explicar a história em função de princípios metafísicos válidos para todas as épocas. Eles recusam esse tipo de pensamento e o definem com tons valorativos fortes: “Toda essa imundície”. Ressalte-se que fizeram questão de que os três termos constassem no texto. E, em tom de brincadeira, astuta faceirice, onde emaciam o idealismo hegeliano, acrescentam: são “travessuras do espírito universal”. Como o hegelianismo continuava vivo, embora diluído, nos ideólogos a quem criticavam, Marx e Engels viam criar-se naquele tipo de pensamento, naquela ideologia, um desfile de entidades misteriosas que se serviam dos homens para atingirem os seus objetivos, objetivos presos a essas entidades. Ocorre aqui uma comparação que exemplifica o caráter dessas entidades: são mamulengos no palco da história; mamulengos que se denominam Essência, Natureza, Substância e Indivíduo e que tinham criado força própria de atores determinantes da história. Independentes, agora, dos homens que os criaram, conduzem a história, os próprios homens e o que se conta deles.

A relação real dos homens na sociedade que os produz, essa própria sociedade, a alemã de então, não passava pelo pensamento dos ideólogos. A realidade era exploradora. Enquanto os homens reais, de carne e osso, deba-

tiam-se nessa base material exploradora, essa realidade não aparecia nas representações dos filósofos idealistas, envoltas em fantásticas teorias intemporais.

Marx e Engels consideram a consciência, já desde o início, como um produto social, uma “consciência do meio sensível”. Explicitam: “Não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência”. (Marx/Engels, 1982, p. 43). As representações eternas e intemporais opõem uma análise das objetivações como expressões da situação prática dos homens, atores sociais que, mediante as suas formas concretas de vida, atingem uma consciência de suas necessidades e potencialidades historicamente situadas. São os conflitos da vida social que determinam as representações.

Marx e Engels definem a ideologia burguesa: uma realidade exploradora e injusta a produzir idéias que a justificam e a legitimam. Os ideólogos alemães reeditavam o idealismo que deixava à deriva a realidade exploradora em curso. Certamente, os contornos precisos dessa realidade virão do paciente assédio de Marx às conexões internas, às explicações essenciais da sociedade burguesa.

## A Teoria da Ideologia em *O Capital*

A realidade, analisada em *O Capital*, e as representações que ela produz são opostas ao “essencial a investigar”. Esta é a colocação básica de Marx quando estuda a emergência e a necessidade da ideologia burguesa nos seus escritos econômicos. Aqui, o tema ideologia se adjetiva de burguesa, numa indicação forte do trânsito da análise marxista da crítica da filosofia para a crítica da economia e da sociedade burguesa, um trânsito onde não se

verificam rupturas nas elaborações cada vez mais concretas de categorias.

No livro I Marx fixa a sua análise no processo de criação e de acumulação da mais-valia na modalidade do capital industrial. O livro II trata da circulação e da reprodução do capital social como um todo. Os dois primeiros livros expõem o capital em geral de forma mais abstrata, enquanto o III expõe os capitais individuais de acordo com as funções específicas que desempenham no conjunto da economia capitalista e no seu movimento de apropriar-se, também, de formas distintas da mais-valia: lucro industrial, lucro comercial, juros e renda da terra. Esta exposição é considerada análise de um momento mais concreto, podendo-se aprender a respeito com o próprio Marx, a pertinência de ser assim considerada: "A contabilização capitalista que, ao primeiro exame, se revela absurda e contrária às leis da formação do valor, será objeto do livro Terceiro desta obra" (Marx, 1980, I, p. 444).

Segue-se, aqui, a exposição lógica de Marx em *O Capital*, levando-se em consideração tanto a estrutura da exposição do "capital geral", nos dois primeiros livros, quanto o seu correspondente, o livro III, de nível mais concreto, sem esquecer, porém, que o trânsito do abstrato ao concreto se faz em todo o percurso de *O Capital*. Nessa travessia, apreende-se o capital no seu movimento: como um rio lógico a irrigar lavouros (que fornecem a renda da terra), a abrigar indústrias (que produzem a mais-valia), a transportar matérias-primas e mercadorias para os portos de comercialização (recriando forças produtivas, valor-de-uso e valor-de-troca, trabalho coletivo e fetichismo), criando, também, a "forma de ser" e a forma de pensar da burguesia. Tentar-se-á analisar o seu leito e o seu movimento, não pela superfície, mas pelo seu fundo oculto.

## As Razões de Ser das Formas de Superfície

Marx deixa de utilizar o termo *ideologia* praticamente em 1857, à época dos estudos sobre economia. Utiliza-nos escritos políticos. Substitui-o por outros termos, como consciência costumeira, consciência vulgar, forma fenomênica, culto das aparências, superfície. Em *O Capital* elabora a teoria do modo capitalista de produção e começa a construir o sistema de relações sócio-econômicas que definem este modo de produção. Neste contexto aparecem as formas ideológicas que o caracterizam. É a continuação do mesmo projeto iniciado nos primeiros escritos, agora tornado mais preciso e ajustado com o arredondamento dos meios de explicação científica, postos com o seu método de explicação do real. A sua teoria da ideologia, nesse momento de *O Capital*, traduz-se nas "razões de ser desta forma fenomênica".

É no capítulo XVII de *O Capital* que aparece a relação salarial como um

"concreto" no meio <sup>1</sup>Sobre a passagem do abstrato ao concreto, veja Lênin, 1982, p. 18 e Bidet, 1985, p. 171. Veja, também, o estudo de Bidet sobre o capítulo XVII de *O Capital*.

Trata-se do fetichismo do salário que Marx expõe da forma que segue.

O processo de trabalho é simultaneamente um processo de expansão do capital e o capital, por sua vez, é o controle sobre o trabalho não-pago. A forma salário oculta ao trabalhador a extorsão da mais-valia porque "apaga todo prestígio da divisão da jornada de trabalho necessário e trabalho excedente, de trabalho pago e trabalho não-pago" (Marx, 1980, I, p. 622). Oculta a diferença entre o valor de força de trabalho e o seu valor-de-uso; esconde a quantidade de valor nova que o trabalhador cria. A ilegibilidade da mais-valia na relação salarial — partes pagas e par-

tes não-pagas do trabalho — é específica da relação mercantil. Marx fornece a contraprova: se na escravatura “todo o trabalho tem a aparência de trabalho não-pago”, se na corvéia é visível “o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho compulsório para o senhor da terra”, já “no trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o trabalho excedente ou não-remunerado parece pago” (id., p. 622).

No capítulo XVII, Marx enumera as “razões de ser dessa forma fenomênica”, num total de oito razões que explicam por que o culto das aparências não consegue “ler” as relações essenciais ou o essencial a investigar (id., pp. 624-25).

O texto concentrado que vai da página 613 à página 625, aborda a questão fundamental da representação ideológica na relação salarial, reunindo toda a argumentação em poucas páginas. Marx conclui:

“A forma aparente, valor e preço do trabalho ou ‘salário’, em contraste com a relação essencial que ela dissimula, o valor e o preço da força de trabalho, podemos aplicar o que é válido para todas as formas aparentes e seu fundo oculto. As primeiras aparecem direta e espontaneamente como formas correntes de pensamento: o segundo só e descoberto pela ciência” (id., p. 625).

O objeto de análise das conexões internas, ocultas nas manifestações fenomênicas da superfície, está a indicar que os capitalistas e os seus agentes não conseguem entender a mais-valia extorquida na produção. A economia clássica se avizinhou “da essência do fenômeno, sem, entretanto, formulá-la conscientemente. E isto não lhe é possível enquanto não se despojar de sua pele burguesa” (id., p. 625). Despojar-se da pele burguesa significa entender que, na troca da força de trabalho por salário, não se leva em conta que, no dispêndio produtivo, a força de trabalho possui um valor-de-uso especial, um poder criador de mais-valia. A ex-

pliação burguesa do processo produtivo se nega como explicação, a ponto de Marx dizer: “A ciência real da economia moderna só começa quando a análise teórica se desloca do processo de circulação para o de produção” (Marx, 1980, III, p. 388).

O livro III, todavia, chama a atenção de que o “processo de produção capitalista, observado na totalidade, é unidade constituída pelo processo de produção e de circulação” (id., III, p. 29). Neste livro Marx se preocupa em “descobrir e descrever as formas concretas oriundas do processo de movimento do capital, considerando-se este processo como um todo” (id., p. 29). Posiciona-se expressamente frente à questão da ideologia quando escreve que as formas do capital se aproximam gradualmente da forma “em que aparecem na superfície, na interação dos diversos capitais, na concorrência e ainda na consciência normal dos próprios agentes da produção” (id., p. 30).

## As Conexões Internas ou o Fim do Oculto

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels escrevem que as idéias dominantes “nada mais são que a expressão ideal das relações materiais dominantes...” (Marx/Engels, 1982, p. 72). Os capitalistas produzem e expressam representações adequadas às funções próprias à organização da sua atividade dominante: a relação concorrencial. Este é o terreno em que ocorre a ideologia. No terreno concreto dos capitalistas, a ideologia, a sua razão de ser e de pensar são funcionais e legitimadoras: “São formas de pensamento socialmente válidas, portanto objetivas, ajustadas às relações deste modo de produção de mercadorias” (id., p. 85).

Mas o que a concorrência “não mostra é a força determinante do valor que rege o movimento da produção, os valores que estão atrás dos preços de pro-

dução e, em última instância, os determinam” (Marx, 1980, III, p. 325). Ao longo do livro III, Marx analisa o afastamento gradual<sup>2</sup> que se opera a partir da mais-valia: “E, quanto mais seguimos o processo de valorização do capital, mais dissimulada fica a relação-capital e menos se percebe o segredo de sua estrutura interna...” (id., p. 52).

O esquema coerente e funcional dos capitalistas e dos seus agentes é o de permanecer nas formas invertidas da superfície da sociedade capitalista, sem investigar o essencial, a conexão interna. Em *A Ideologia Alemã*, os autores acentuam que a realidade à qual se refere a representação é uma realidade exploradora e, ao mesmo tempo, essa representação é generalizada. Em *O Capital*, de posse de um referencial mais amplo sobre a produção capitalista, Marx explica essa sua afirmação anterior:

Na concorrência, portanto, tudo aparece invertido. A figura pronta e acabada das relações econômicas tal como se patenteia na superfície — na existência real, por conseguinte, nas idéias que formam dessas relações seus representantes e agentes ao tentar compreendê-las — diverge muito, sendo efetivamente o inverso, o oposto da estrutura interna deles, essencial, mas recôndita, e da correspondente conceituação (Marx, 1980, p. 236).

A explicação básica da ideologia<sup>3</sup> está nessa citação de Marx: a superfície — a realidade capitalista e idéias que se formam dessa existência real, juntas — é oposta à conexão interna, sendo efetivamente o inverso.

Como se pode perceber, há o mesmo projeto definido em *A Ideologia Alemã*, onde se registra que as idéias provêm da realidade: esta, porém, é uma realidade exploradora. Há que se descobrir a causa da exploração, a conexão interna da superfície para, assim, se modificar essa realidade.

A conexão íntima, antes de mais na-

da, é a descoberta do valor da força de trabalho. Nos escritos econômicos, a explicação da ideologia consiste em colocar as representações, que provêm da realidade de superfície, como formas que encobrem

a revelação da relação essencial, a determinação do valor. Esta determinação funda-se no processo de produção. Por sua vez, a descoberta das conexões internas e a organização social para transformar a realidade exploradora que produz representações ideológicas cabem à “ideologia operária”, escreve Marx no Manifesto dos Três de Zurique (Marx/Engels, s. d., p. 281). Desta forma, pode-se concluir que, se a ideologia burguesa não se entende sem a teoria do valor da força do trabalho, que explica a sua textura ideológica, também não se entenderá a ideologia operária sem a teoria revolucionária, à qual deve estar ligada, seja para que se possa apreender a objetividade do valor, e, conseqüentemente, as raízes da exploração do trabalho, seja para que se vislumbrem as formas de luta pela superação das formas exploradoras de trabalho e de sociedade. Ou: a descoberta do fundo oculto deve estar ligada ao fim do oculto.

2. Bidet, 1985, analisa esse obscurecimento gradual da mais-valia no caminho do abstrato ao concreto de *O Capital*, à página 183 e segs.

3. Marx utiliza o mesmo esquema explicativo em vários lugares do livro III. Veja pp. 360, 52, 95, 309, 46, 190, 950 e 953.

## A Ideologia da Fase Monopolista do Capital

A ideologia operária tem uma tarefa ampliada na fase monopolista do capitalismo. Vimos que, na fase concorrencial, a teoria da ideologia se funda na necessidade, nas razões de ser, que a burguesia concorrencial tem em desconsiderar o valor-de-uso especial, o poder criador de valor, da força de tra-

balho. Dessa forma, as razões de ser se baseiam na aparência de que todo o trabalho, consumido produtivamente, é pago, tornando *ipso facto*, invisível a verdadeira conexão interna dessas formas aparentes. A tarefa da ideologia operária é descobrir o invisível — exatamente o que a ideologia burguesa oculta — e utilizá-lo na sua luta política.

A teoria da ideologia — que tem a explicação de sua emergência e de sua necessidade consolidada com fundamentos tirados da fase concorrencial — deve ser válida também para a fase última do capitalismo; nesta, a extorção da mais-valia se torna sempre mais relativa e o capital financeiro adquire hegemonia, subordinando o capital produtivo.

Sob essa hegemonia, também o trabalho coletivo é constituído de forma parcelada, planejada e organizada fora da cooperação imediata dos indivíduos na produção. Os poderosos meios de produção e o emprego das invenções científicas na produção, inclusive da ciência como força produtiva poderosa aplicada à produção, tornam o trabalho coletivo cada vez mais desqualificado, objetivado, petrificado. O “trabalho universal do espírito humano”, como diria Marx (1980, III, p. 116), domina sobre o trabalho imediato, posto que exista estreita vinculação entre eles.

É preciso entender que o trabalho, realizado no modo capitalista de produção enquanto base da existência humana, tem características positivas, sintetizadas no “metabolismo entre o homem e a natureza”. Na atividade laborativa, os homens adquirem destrezas, habilidades e capacidades: forjam consciências; desenvolvem técnicas e se transformam de seres limitados em seres universais. Isso está claro tanto nos escritos filosóficos quanto nos escritos econômicos de Marx.

Mas é preciso ver, no entanto, que a prática do trabalho compulsório, parcelado, objetivado e petrificado, possui, hoje, menor poder criador de uni-

versalização e de expressão dos homens. Pois, é verdade que, com a aplicação da ciência à produção, “reduz-se o trabalho a mero momento deste processo” (Marx, 1985, p. 585). Marx acrescenta: “Todo aumento das forças produtivas sociais ... — tal como se derivam da ciência, das invenções ... — não enriquecem o trabalhador e sim o capital. Aumentam unicamente o poder objetivo sobre o trabalho” (id. p. 215). De um lado, a aplicação tecnológica da ciência desenvolve todo o processo de produção e, por esta tendência do capital, objetiva-se o trabalho imediato; de outro, a redução do trabalho humano compulsório redundará em benefício do trabalhador nas condições de emancipação, visto que a criação de riqueza se torna menos dependente do tempo de trabalho.

A par dessa informação, mister é deslocar o eixo do trabalho coletivo para o trabalho universal, pois é este que organiza a produção da vida humana em instâncias fora da cooperação imediata dos trabalhadores.

O trabalho universal, resultado das objetivações historicamente produzidas pelos homens, é “todo trabalho científico, toda descoberta, toda invenção” (Marx, 1980, III, p. 116). A necessidade de o capital manter sob o seu controle os resultados do trabalho universal obedece à própria sobrevivência do capitalismo. Aí ocorrem dois tipos de manutenção. O primeiro tipo, mais frequentemente transparente e denunciado, caracteriza o mecanismo de manter as classes populares longe do conhecimento universal. Significa que a maior parte da imensa riqueza material e cultural, produzida pelos homens coletivos, não é acessível à classe dos trabalhadores. O segundo tipo caracteriza o mecanismo de manter os resultados acumulados da ciência trancados a sete chaves, isto é, inacessíveis, seja às classes populares, seja às elites concorrentes. Se o primeiro tipo se refere à parte liberada do conhecimento universal, o segundo se refere à parte não

universalizada da ciência, que fica privatizada em mãos de reduzidos grupos econômicos. Se o primeiro tipo indica a alienação das classes pobres, o segundo a alienação geral.

Nos dois tipos, porém, encontra-se um conteúdo a explorar, referente à teoria da ideologia. A ideologia burguesa da fase concorrencial é transposta para a época em que se desenvolveram as forças produtivas, mantendo-se, no entanto, a concepção básica da ideologia fundada na análise da transformação da força de trabalho em salário.

A teoria da ideologia, fundada na relação mercantil, oculta o essencial a investigar — a determinação do valor. Ressalve-se, porém, que a conexão interna do salário se encontra em condições passíveis de descoberta, quando os homens se despojam de sua pele burguesa. Na fase do capital financeiro, porém, ocorre a necessidade de a burguesia posicionar-se de forma mais refinada para salvaguardar os seus interesses. Como foi exposto acima, o primeiro tipo de manutenção se caracteriza no fato de a burguesia dificultar o acesso das camadas populares ao conhecimento objetivo, universal, produzido pelo “conjunto das relações sociais” (tese 6, sobre Feuerbach). A superação desta dificuldade, que corresponde ao primeiro tipo de mecanismo de manutenção do capitalismo, depende essencialmente da força organizativa da ideologia operária. A superação do segundo tipo de mecanismo, que corresponde à parcela do conhecimento não liberado nem mesmo a todas as frações das elites dominantes concorrentes, em contrapartida, encontra-se inacessível aos homens, enquanto durar o modo de produção atual. Conseqüentemente, surgem razões e necessidades da ideologia operária em transformar a realidade, isto é, em ligar-se à teoria revolucionária.

O essencial a investigar ou as conexões internas estendem-se da descoberta da mais-valia da fase concorren-

cial ao novo fundo oculto, qual seja, a parcela do trabalho universal escondida nas mãos privadas. Essa apropriação privada necessita ser legitimada pela burguesia financeira. O desenvolvimento das forças produtivas à época do capitalismo monopolista acarreta a subordinação do trabalho coletivo ao trabalho universal. Isso significa que o capital se torna um poder estranho ao trabalho vivo: que o trabalho imediato se vê reduzido quantitativa e qualitativamente, e, embora imprescindível, fica subordinado ao trabalho científico geral (Marx, 1985, p. 587-88).

Quais são, então, as formas de pensamento socialmente válidas, ajustadas às relações de domínio do capital financeiro, que as tornam funcionais, auto-explicativas e autolegitimadas?

As representações que explicam e validam a superfície do capital monopolista se referem sempre à modernização, racionalização e produtividade do avanço tecnológico em favor de todos os homens. Esse é o novo culto às aparências, que legitima a apropriação privada do “trabalho universal do espírito humano”, convertida em força produtiva, cujo objetivo é o domínio sobre o trabalho coletivo.

Assim, pode-se retomar a teoria da ideologia concebida por Marx para a fase concorrencial do capitalismo e aplicá-la também em relação às formas econômicas do capitalismo monopolista. Apreende-se como superfície o domínio sobre os resultados do trabalho universal, tanto aqueles que o capital libera (tipo 1) quanto os que não universaliza (tipo 2), e tem-se as representações derivadas desses dois tipos como formas validadas e auto-explicativas (a modernização, a racionalidade e a produtividade).

Essa superfície se opõe à conexão interna. É, efetivamente, o seu contrário. Como se revela o essencial, o nexo íntimo ocultado? Em dois aspectos complementares. Em primeiro lugar, na conversão do conhecimento universal em poderosa força produtiva que do-

mina o trabalho coletivo, aliena os homens e objetiva o seu trabalho. Em segundo lugar, no freio que o capital impõe à utilização da ciência como força produtiva. O conhecimento científico é o resultado de uma força produtiva, descoberta e gerada no modo capitalista de produção. Este, todavia, não pode acionar todas as forças produtivas porque faz com que se precipitem a superprodução e a queda tendencial da taxa de lucro. Em outras palavras, posto que o capitalismo tenha descoberto as forças produtivas capazes de, acionadas integralmente, produzirem mercadorias para satisfazer as necessidades da população mundial, não as pode colocar em ação porque o “objetivo do capital não é satisfazer as necessidades, mas produzir lucro” (Marx, 1980, III, p. 294).

Na fase concorrencial, o capital controla a produção da mais-valia e oculta a parte não paga do trabalho; na monopolista, controla não somente o trabalho imediato, produtor de mais-valia, mas também o resultado do trabalho universal. A ideologia burguesa esconde a mais-valia na fase concorrencial; na monopolista, oculta o trabalho não remunerado e a maior força produtiva — o resultado do trabalho universal, expropriado do “conjunto das relações sociais” (tese 6, sobre Feuerbach), não acionado e impedido de produzir a satisfação das necessidades dos homens.

## Conclusão: Travessuras do Trabalho Universal

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é a “tarefa histórica do capital”. A acumulação do saber, das “forças produtivas do cérebro social”, é absorvida pelo capital, como propriedade do capital, como capital que ingressa no processo produ-

tivo enquanto verdadeiro meio de produção (Marx, 1985, pp. 585 e 586); é, porém, freado no modo capitalista de produção.

A ideologia ocorre, nessa perspectiva, também na questão do trabalho universal. O eixo da análise há de ser deslocado do trabalho coletivo para o trabalho universal: “O pilar fundamental da produção e da riqueza não é o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que este trabalha, mas a apropriação da sua própria força produtiva geral, da sua compreensão da natureza e do seu domínio da mesma” (id., p. 593).

Por isso, a ideologia operária há de articular o saber com o processo produtivo e entender o domínio do “conhecimento sobre os modos fundamentais por meio dos quais se desenvolve o processo produtivo na sociedade moderna” (Saviani, 1986, p. 14). E há de articular o essencial a investigar — a tarefa da ideologia operária — à compreensão exata sobre as condições fundamentais da teoria revolucionária: a colisão das forças produtivas com as condições específicas da produção e a vontade política organizativa para transformar essa situação.

A teoria da ideologia se vincula, dessa forma, ao resultado do trabalho universal, convertido em propriedade do capital e utilizado como meio de produção, o mais poderoso. Assim, ela se configura no desenvolvimento das forças produtivas, que geraram as condições materiais capazes de satisfazer as necessidades básicas dos homens e que, por causa das contradições inerentes ao capitalismo, não podem ser acionadas integralmente.

*Trabalho universal* é o nome do novo mamulengo no palco da história atual. Utiliza-se da *racionalidade, produtividade, objetividade* e do *bem-estar* para, independente dos homens que historicamente o produziram, representar a sua própria história; uma história a-histórica, é claro. São as travessuras do “trabalho universal do espírito humano” (Marx, 1990, III, p. 116).



# Referências bibliográficas

- BIDET, Jacques. *Que Faire du "Capital"?* Paris, Kliencksieck, 1985.
- LÊNIN, V. J. *Obras Escolhidas I*. São Paulo, Alfa Omega, 1982.
- MARKUS, Gyorgy. "Die Welt Menschlicher Objekte", in HONNETH, Axel, *Arbeit, Handlung, Normativität*, Frankfurt, Suhrkamp, 1980.
- MARX/ENGELS. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Ciências Humanas, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Obras Escolhidas III*. São Paulo, Alfa Omega, s. d.
- MARX, Karl. *O Capital, I, II, III*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Elementos Fundamentais Para La Crítica Política (Grundrisse) 1857-58*. Madrid, Siglo Veintiuno, 1986.
- SAVIANI, Dermeval. "O Nó do Ensino de 2º Grau", *Revista Bimestre*, 1(1):13-15, São Paulo, out. 1986.

**Resumo** Na primeira parte deste trabalho, o autor tenta analisar a crítica de Marx e Engels aos ideólogos que explicam a história dos homens através de princípios metafísicos válidos para todas as épocas.

A segunda parte objetiva explicitar a teoria da ideologia contida nos escritos filosóficos que têm continuidade nos escritos econômicos e políticos de Marx.

Finalmente, na terceira parte, propõe-se apreender a teoria da ideologia também em *O Capital* tal como Marx a concebe para a fase concorrencial do capitalismo, defendendo ser legítimo ampliar esta concepção para as formas econômicas do capitalismo monopolista.

**Palavras-chaves:** crítica da metafísica; teoria de ideologia; ideologia e capitalismo; Marx e ideologia; ideologia.

**Abstract** In the first part of this paper the author tries to analyze Marx and Engels's critique of those ideologists who explain men's history through metaphysical principles considered valid for all the ages.

The second part intends to explain the theory of ideology developed in Marx's philosophical writings, and which will continue in his economic and political writings.

Finally, in the third part, the author intends to apprehend the theory of ideology also in *The Capital* in the way Marx conceives it for the competition phase of capitalism, defending the legitimacy of expanding this conception for the economic forms of monopolist capitalism.

**Descriptors:** Critique of metaphysics; theory of ideology; ideology and capitalism; Marx and ideology; ideology.

